

**Veículo:** Século Diário

**Data:** 31 de agosto de 2018

**Link:** <http://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/aracruz-celulose-convoca-reuniao-sobre-adubacao-aerea>

## Aracruz Celulose convoca reunião sobre 'adubação aérea'

O momento é oportuno para exigir respeito à lei, às comunidades quilombolas e sua agroecologia



Meio Ambiente | De Fernanda Couzenceno | quinta, 30 de agosto de 2018 |  
Atualizado em: sexta, 31 de agosto de 2018, 18:08

Ao final de quase um ano de inúmeras denúncias sobre contaminações de pessoas, crianças, lavouras e criações de animais em comunidades de diversos municípios do norte do Espírito Santo, a Aracruz Celulose (Fibra) convocou uma reunião para a próxima quarta-feira (5), no Centro de Assistência Social (CRAS) Nego Rugério, no distrito de Santana, em Conceição da Barra.

**Comunicado aos moradores :  
Reunião da FIBRIA  
Assunto: Aplicação de adubação aérea na região de Santana.  
Conscientização de possíveis impactos.  
Dia 05 de setembro  
horário: 15h  
Local: Auditório CRAS Quilombola**

O tema é "Aplicação de adubação aérea na região de Santana. Conscientização sobre possíveis impactos". Nenhuma menção a agrotóxicos, contaminação ou intoxicação.

No panfleto distribuído à população local, mais omissões e eufemismos: "Aplicações aéreas – uma atividade segura e de alta precisão". "O que é adubação aérea? É a aplicação de adubo feita por avião que fornece os nutrientes para as florestas direto nas folhas". "O que é o controle biológico aéreo? É o processo de aplicação de produto biológico para o controle de pragas que

podem afetar o eucalipto e outras culturas".

Omissões e eufemismos que tentam esconder a verdade sobre as "chuvas de venenos".

Desde outubro de 2017, Século Diário tem acompanhado denúncias de diversas comunidades, principalmente nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, relatando os efeitos devastadores deixados pelos sobrevoos contratados pelas indústrias de celulose.

Não que a atividade tenha começado nessa data, apenas a voz das comunidades tem ecoado com mais determinação nos últimos meses, e encontrado ressonância neste espaço jornalístico.

As seguidas reportagens registraram, entre tantas ações, o pedido de socorro feito pela Associação Quilombola de Pequenos Produtores Orgânicos do Angelim II ao **Ministério Público Federal (MPF)**, bem como a negativa do órgão em enfrentar a questão; e a tentativa de investigação iniciada pelo **Parque Estadual de Itáguas (PEI)**, mas que não foi à frente.

Invisíveis, inaudíveis, sufocados pelo deserto verde e pelas chuvas de venenos, as comunidades quilombolas continuam a ver suas plantações de alimentos – muitas delas orgânicas e certificadas ou agroecológicas – seus animais de criação e estima, suas crianças, idosos e até seus bens materiais sendo atingidos por produtos tóxicos sem qualquer aviso prévio ou póstrumo, sobre qual princípio ativo jorrado e para quê.

### A lagarta do eucalipto

Uma pista foi dada no último dia 20 de junho, na Assembleia Legislativa, pelo **deputado Freitas (PSB)**, durante sessão que arquivou o Projeto de Lei (PL) nº 31/2016, de Padre Honório (PT), que propunha proibir a pulverização aérea de agrotóxicos em todo o território capixaba.

Apesar de dizer que "é preciso discutir a monocultura", Freitas, em sua defesa do arquivamento do PL, chegou a exibir slides de "plantações de eucalipto destruídas pela lagarta". "Eu gostaria que alguém me informasse: como acabar com a lagarta do eucalipto? Com trator? Com bomba costal?", questionou. "Vamos abrir mão da cultura do eucalipto?", inquiriu.

Os slides também mostraram as demais monoculturas que utilizam a tecnologia: pastagens, banana, cana-de-açúcar e café com limão. "Como usar bomba costal se são grandes plantações?", perguntou, já explicando a verdadeira necessidade da tecnologia no Espírito Santo.

### Medo

Com uma bancada ruralista tão bem comportada com relação ao pleito das papeleiras – apenas Padre Honório e Sergio Majeski (PSB) votaram contra o arquivamento do PL – e órgãos ministeriais pouco dispostos a alterar o status quo, a realidade das comunidades é repleta de dúvidas e medo.

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente do Fórum de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos – formado pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES), secretarias de Estado, órgãos estaduais e municipais do meio ambiente e vigilância sanitária, universidades e outras instituições – está **investigando a legalidade das aplicações aéreas** de agrotóxicos no Estado, principalmente no que se refere ao respeito à distância legal de espaços como vilas, escolas e corpos d'água.

"Hoje a gente já sabe quais os municípios, o número de aplicações, quais culturas, quais tipos de agrotóxicos usados. Falta saber se os locais em que estão sendo aplicados respeitam essa distância legal mínima", conta Lusinério Prezotti, professor do Instituto Federal do Espírito Santo (ifes) em Santa Teresinha (região serrana), e integrante da Comissão de Saúde e Meio Ambiente do Fórum.